



Pela consolidação da Paz, da Democracia
e do Desenvolvimento Sustentável

I CONVENÇÃO CIDADÃ

PELA CONSOLIDAÇÃO DA PAZ, DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ÁREA TEMÁTICA

MEDIA E MONITORIZAÇÃO CÍVICA

CONSULTOR: FERNANDO J.L. PEREIRA

BISSAU 2024

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



1. ÍNDICE.....	2
- Objetivo do estudo.....	3
- Metodologia.....	3
- Definição do sector temático.....	4/6
- Principais problemas /desafios do sector.....	6/9
- Como é que as OSC encaram estes problemas e como é que elas se envolvem na sua resolução.....	9/11
- Que OSC intervêm no sector.....	11/22
- Há quanto tempo é que elas intervêm no sector e qual o âmbito das suas intervenções.....	23/26
- Resultados da última década.....	27/30
- Os pontos fortes e fracos destas organizações.....	30/32
- A coordenação das ações das OSC.....	32/33
- Quem são os principais parceiros de financiamento e de implementação?.....	33/35
- O papel do governo ou doutra entidade qualquer na implementação das atividades na área em que intervêm.....	35/37
- As perspetivas futuras das OSC na área.....	37/38
- Conclusões.....	38/39
- Recomendações.....	39/40
- Fontes e obras consultadas.....	40/41
- Siglas/ abreviações.....	41/42

SIGLAS E ABREVIACÕES

ACPP – Assembleia da Cooperação para a Paz

AD – Associação para o Desenvolvimento

AGUIBEF – Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar

AJEC – Associação de Jovens Estudantes de Cubucaré

ALTERNAG – Associação Guineense de Estudos e Alternativas

AMIC – Associação de Amigos da Criança

ARN – Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e de Comunicação da Guiné-Bissau

CECI – Centro Canadiano de Estudos e Cooperação Internacional

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CID – Centro da Informação para o Desenvolvimento

CMICS – Consórcio de Media, Informação e Comunicação Social

COAJQ – Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros

CTO/ Fórum de Paz – Centro do Teatro do Oprimido/ Fórum de Paz

EVA – Escola de Verificação Ambiental

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

GKP – Grupo de Kumpuduris di Paz

GNT – Geração Nova de Tiniguena

INTER PARES – ONG canadiana

KAFO – Nome de uma federação camponesa sedeadada em Djalicunda

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

MAVA – Fundação para a Natureza, que financia projetos de conservação da biodiversidade



ONG – Organização Não-Governamental

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PAM – Programa Alimentar Mundial

PBF – Fundo de Consolidação da Paz

PNTC – Parque Nacional dos Tarrafes de Cacheu

PRCM – Parceria Regional para a Conservação Costeira e Marinha

RDN – Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau

SOL-BOÉ – Solidariedade com Boé

TINIGUENA – Significa Esta Terra É Nossa, na língua da etnia Cassanga, é a Associação de Promoção do Desenvolvimento na Base e Gestão Durável dos Recursos Naturais

UICN – União Internacional de Conservação da Natureza

WANEP – Rede Oeste-Africana de Construção da Paz

WFD – Weltfriedensdienst (Serviço para a Paz no Mundo, uma ONG alemã)

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



2. OBJECTIVO DO ESTUDO

O objetivo do estudo é proceder ao levantamento da situação relativa a determinadas OSC e às ações relevantes que levaram a cabo no passado, assim como as que desenvolveram nos últimos dez anos no domínio dos media e da monitorização cívica. Para o efeito, o estudo visa a recolha de informações e a produção de conhecimentos de valor, nacional e internacional, sobre a temática, de modo a apresentar um quadro geral dessas atividades o mais completo possível, suscetível de permitir leituras futuras, e que seja coincidente com os propósitos da 1ª Convenção Cidadã, que são, entre outros, a promoção da visibilidade do esforço das OSC e o reforço da sua capacidade de intervenção na sociedade.

3. METODOLOGIA

Após as notas prévias recolhidas em pelo menos dois encontros promovidos pela organização e coordenação da convenção, bem como a leitura dos documentos de base do fórum e dos TDR, a metodologia aplicada foi a seguinte.

- Identificação dos principais atores da sociedade civil na área temática em questão;
- Recolha documental e sua análise, assim como a consulta de outras fontes relativas à temática, nomeadamente os sítios na Internet dessas organizações;
- Elaboração da lista de pessoas-recursos a entrevistar das OSC identificadas;

4. DEFINIÇÃO DO SECTOR TEMÁTICO

Como é sabido, não há democracia sem uma imprensa livre e independente. Os meios de comunicação são uma das vias pelas quais a sociedade civil se manifesta, dá opinião, troca informações, vigia, denuncia e reclama aos detentores do poder o melhor funcionamento das instituições e da sociedade em geral.

Na Guiné-Bissau, a sociedade civil tal como hoje a conhecemos, desempenhou um papel relevante, tanto na democratização do país, como no surgimento e no pluralismo da comunicação social nacional, assim como no alargamento do direito

à informação às populações e comunidades distantes dos centros urbanos e mais marginalizadas. Foi assim pioneira no aparecimento das rádios e televisões comunitárias, que tiveram um enorme impacto social, como mais adiante veremos.

Logo no início da liberalização política, a I Reunião das ONG's dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) em Bissau, em março de 1991, debruçou-se sobre a problemática da emergência de ONG's nacionais nos PALOP. E já nessa ocasião foi salientada a importância e utilidade da comunicação social como ferramenta de trabalho das organizações da sociedade civil, e defendida nomeadamente a tese de que *“os media reforçam o papel das ONG como agentes do desenvolvimento socio-económico, bem como da promoção e consolidação da democracia e dos direitos humanos e da cidadania, pela igualdades”*.

Essa primeira conferência das ONG considerou ainda que, simultaneamente, a comunicação social *“favorece o acesso das comunidades de base à informação e à comunicação, encoraja a sua participação no processo de tomada de decisão, para provocar mudanças de mentalidade e a transferência de saberes e de técnicas, etc”*.

Alguns anos mais tarde, na II Conferência das ONG (24/28 de janeiro de 1994), organizada pela SOLIDAMI, Instituto de Coordenação das Atividades da Ajuda ao Desenvolvimento, instituição pública sob tutela do então Ministério do Plano e Cooperação, mas extinta há mais de 20 anos, propôs-se *“promover atividades de informação e de sensibilização a nível da base (comunidades) em matéria de melhoria de condições de saúde, higiene, diversificação e segurança alimentar, bem como de mudança de mentalidade face às inovações tecnológicas e à necessidade de adoção de métodos de produção mais apropriados”*. A mesma reunião sugeriu também *“a elevação do nível de conhecimento das populações como principais atores de desenvolvimento, pelo que era urgente priorizar formas alternativas de informação, nomeadamente a rádio local, as bandas desenhadas, o audio-visual e a animação directa, consideradas meios de potenciar e dar voz a quem de direito, facilitando-lhe o acesso à informação”*.

É ainda nessa conferência que se recomendou que fosse discutida a ideia de promoção de rádios comunitárias, *“que permita estender amplas informações cívicas sobre os direitos e obrigações dos cidadãos, que sejam meios de animação das populações no debate público de problemas de interesse para a sua autonomia e desenvolvimento social, económico e cultural”*.

Na mesma ocasião, propunha-se ainda que as ONG *“participassem na difusão de informações e esclarecimentos sobre a necessidade de escolhas políticas eleitorais das populações serem livres e de real interesse para as respetivas*

comunidades, sem que estas se sujeitem a aliciamentos por interesses alheios”. Mas a “política” é entendida aqui mais na ótica do “desenvolvimento e auto-suficiência das populações mais carenciadas e marginalizadas”.

Nessa época, entre as iniciativas ligadas a temática em estudo, destaca-se a conferência sobre “O Pluralismo da Informação”, organizado pelo Centro de Informação e Difusão (CID), uma ONG especializada na comunicação para o desenvolvimento, mas extinta após a guerra civil de junho de 1998 a maio de 1999. Houve também as “Jornadas Pró-Democracia”, onde vários temas de interesse público foram levados a análise e debate, e a ONG promotora, a ALTERNAG, anunciara, desde o início, que um dos seus objectivos, além do desenvolvimento sustentável, era a formação da opinião pública, que implicava necessariamente o recurso aos media.

Quanto à monitorização cívica, esta forma de cidadania ativa é um processo também estreitamente ligado ao ambiente democrático. Ela esteve quase sempre presente nas atividades iniciais da sociedade civil guineense, de forma embrionária, ainda sem a utilização de todos os métodos e ferramentas para verificar como eram elaboradas e implementadas as políticas públicas e proceder ao seu seguimento. Isto só viria a acontecer muito mais tarde, praticamente após a primeira década do ano 2000, com o surgimento de novas parcerias, redes e sinergias e a disponibilidade financeira delas resultantes. E essas monitorizações focalizaram as políticas ambientais, a situação do género e dos direitos humanos, a exploração de recursos naturais, bem como as reformas políticas promotoras da estabilidade institucional, etc.

5. PRINCIPAIS PROBLEMAS/ DESAFIOS DO SECTOR

Pouco mais de três décadas decorreram desde o surgimento das primeiras ONG de desenvolvimento na Guiné-Bissau. Praticamente o mesmo tempo se passou desde que estas organizações se lançaram na utilização de meios de comunicação de massa próprios, em particular as rádios comunitárias, nas suas ações de sensibilização e comunicação. Comparado com outros países africanos, o processo guineense neste domínio é relativamente recente, muito embora seja rico de ensinamentos e de múltiplos e constantes desafios.

No início da sua criação, que coincidiu com a liberalização política, as OSC que possuíam meios de comunicação próprios, depararam-se com limitações às suas atividades, em resultado da intolerância e desconfiança reinantes nesse período de transição do regime de partido único para o multipartidarismo.

Foi preciso fazer face à hostilidade e aos entraves criados pelo regime de partido único quando as OSC começaram a organização de debates públicos, a publicação do primeiro jornal não estatal – “ECO”, da ONG ALTERNAG, e sobretudo quando foram para o ar as emissões da Rádio Comunitária Voz de Quelelé, a

primeira emissora não estatal guineense. Antes de ser autorizada a operar, *Voz de Quelelé* chegou a ver as suas emissões proibidas, e alguns dirigentes da ONG sofreram perseguição e intimidação dissimuladas. A seguir foram os problemáticos trâmites para a legalização, na ausência de um quadro legal específico. A Guiné-Bissau não tinha tradição democrática e quando foi permitida a liberdade imprensa, a única referência jurídica era a Lei de Imprensa, que não previa a existência de rádios comunitárias, mais acessíveis às populações das zonas rurais e periferias urbanas das regiões onde intervêm as ONG. Mesmo com a posterior aprovação da Lei da Radiodifusão, as rádios e televisões comunitárias continuam sem um quadro legal específico, o que as penaliza a vários títulos. Ainda hoje a licença de funcionamento é provisória, renovável de cinco em cinco anos, a custos proibitivos para as ONG, tal como as taxas ditas de manutenção da frequência, cobradas semestralmente pela ARN. Ultrapassadas essas etapas, os desafios consistiam em elaborar projectos ou programas, buscar parcerias e financiamentos, o que na época não era complicado.

O que custou mais foi dar formação aos primeiros elementos da equipa técnica e de jornalistas, jovens recrutados nos bairros das cidades e localidades rurais onde essas OSC trabalham e onde instalaram as suas rádios e televisões comunitárias. O surgimento da comunicação social comunitária implicou assim consideráveis esforços de formação de um importante número de recursos humanos. E foram esses jovens oriundos das próprias comunidades que asseguraram o arranque desses media e ainda hoje garantem o seu funcionamento. Mas esta formação tem sido um eterno recomeço, uma vez que esses quadros, com a experiência adquirida e as exigências da vida, não se acomodam ao estatuto de trabalhadores voluntários, e acabam por abandonar os seus postos e procurar outros empregos, mais bem remunerados. Deste modo, outro desafio residia em conseguir retê-los nos seus postos, a trabalhar em regime de voluntariado, ao serviço da comunidade. Este problema ainda persiste e até se agravou, uma vez que a maioria dessas OSC com o passar do tempo e por causa da redução dos fundos externos, não puderam continuar a garantir a assistência que vinham dando a esses media. Consequência directa disso, a renovação de equipamentos e materiais degradados leva muito tempo ou não se faz. Por exemplo, a Rádio Comunitária Voz de Quelelé, a mais antiga rádio comunitária do país, introduziu uma inovação, ao iniciar em 2018 emissões online, com algum impacto nas redes sociais. No entanto, a transmissão foi interrompida algum tempo depois, e ainda não foi retomada, por causa da avaria de um computador, entretanto não reparado ou substituído. Tal como agora não se efectua a actualização de conhecimentos e a especialização do pessoal mais novo que vai sendo recrutado para substituir os que partem à procura de melhores honorários nos media públicos e/ou privados. Para órgãos de comunicação sem fim lucrativo, ainda por cima operando num mercado publicitário muito estreito, garantir as despesas com o pessoal, com a luz eléctrica, segurança, e pagar as taxas cobradas pela ARN e pelo Governo constitui um enorme quebra-cabeça. É certo que na última década verificou-se um processo de

apropriação das rádios pelos jovens radialistas da AD e de algumas outras OSC, mas como se pode verificar há inúmeras fragilidades e coloca-se um problema de sustentabilidade em quase todas elas.

Não sendo organizações com fim lucrativo, desde logo as OSC que operam neste sector enfrentam um problema de insuficiência de recursos financeiros e o desafio da promoção de parcerias e sinergias suscetíveis de contribuir para a mobilização de fundos, já que uma vez findo o apoio técnico e financeiro das ONG-mães, deixa de haver fundos, não só para fazer face às despesas correntes, mas para a reparação e renovação de equipamentos, para o aperfeiçoamento técnico das equipas, e para melhoria da qualidade dos programas e seus conteúdos.

Finalmente, outro desafio a superar é ao nível da RENARC, a rede das rádios e televisões comunitárias, que após um arranque dinâmico, passou depois por uma fase menos boa, aparentemente ultrapassada nos últimos anos com a retomada das suas assembleias gerais, a derradeira das quais efetuada de 17/19 de janeiro último em Gabu. Uma das suas metas importantes é o reatamento das parcerias com as organizações internacionais congéneres, nomeadamente do Brasil e de África.

6. COMO É QUE AS OSC ENCARAM ESTES PROBLEMAS E COMO É QUE SE ENVOLVEM NA SUA RESOLUÇÃO

Perante os problemas e desafios apontados, é óbvio que para superá-las, a atitude e soluções das organizações intervenientes no sector não são uniformes, e nem podiam ser, muito embora o essencial dessas dificuldades seja de natureza comum. As diferentes formas de encarar os desafios derivam, por um lado, das falhas de coordenação entre elas, e por outro lado, da diversidade do âmbito e do nível das intervenções no sector. E também em virtude da própria variedade dos meios de comunicação.

Tomemos o exemplo da TINIGUENA. Esta ONG de defesa do ambiente e promoção da cidadania, tem uma forte exposição mediática e visibilidade, mas nunca criou a sua própria rádio, como a AD, a KAFO ou a ALTERNAG, embora tenha apoiado a abertura e ainda sustenta a rádio comunitária “*Fala di Urok*” em Formosa, uma ilha do Arquipélago dos Bijagós, onde intervém praticamente desde o início das suas atividades. Face à diminuição de recursos que vinham dos parceiros financeiros, um problema comum a todos os intervenientes no sector, TINIGUENA sem desertar do espaço mediático, tomou medidas de austeridade. A seção de Educação para o Desenvolvimento cessou, parou a publicação da revista “Mato Malgos”, assim como outras iniciativas neste campo, contudo a organização mantém sempre um responsável de Comunicação, o sítio na Internet é alimentado e atualizado com regularidade, mas as emissões radiofónicas já não têm a mesma continuidade do passado e são difundidas em função do projeto e da disponibilidade de financiamento. Continua com sucesso o tradicional e mediatizado lançamento do calendário anual da organização, uma das suas

imagens de marca, tornado possível pela mesma lógica de garantir financiamento através de parcerias e sinergias antecipadas. Os calendários permanecem fiéis à temática do ambiente, património natural e cultural e cidadania, áreas constantes na intervenção da TINIGUENA.

Por seu lado, a ALTERNAG, depois dos anos de ouro da década de 90 do século XX, em que organizava e difundia interessantes debates temáticos na alvorada da abertura ao multipartidarismo, mantinha um programa radiofónico e publicava o jornal “ECO”, não conseguiu manter essas iniciativas, devido a limitados meios de funcionamento. Posteriormente, a organização implicou-se no apoio à criação de duas rádio comunitária para organizações parceiras nas regiões de Tombali e de Oio e acabou finalmente mesmo por instalar a sua própria rádio, que levou algum tempo a funcionar, mas já emite em regime experimental e 2024 deve ser o ano da sua plena difusão. Neste caso concreto, a falta de recursos foi ultrapassada graças à candidaturas bem sucedidas a micro-projetos de financiamento.

A perda de recursos humanos é um problema comum a todas as organizações intervenientes no sector, em particular às rádios e televisões comunitárias. A fim de contribuir para minimizar esta dificuldade, a ONG AD aderiu à iniciativa de formação de quadros na área da comunicação, cedendo para tal o espaço onde foi funciona desde 2018 o Consórcio Media, Informação e Comunicação Social (CMICS), uma parceria entre o SINJOTECS, órgãos privados de comunicação social, com o apoio do UNIOGBIS e financiamento do PBF, e frequentado por futuros jornalistas e técnicos de comunicação, mas também por profissionais já em exercício de funções. Além disso, a AD considere urgente um diagnóstico exaustivo e a formulação de um plano estratégico para o sector dos media.

Com a mesma finalidade de contribuir para a formação e aperfeiçoamento do pessoal das rádios comunitárias e não só, a ONG CTO/Forum da Paz e a recém-criada, em 30 de janeiro último, estação comunitária “*Rádio Bemba*”, da localidade de Malafo, têm, entre outros projectos, o de assegurar estágios para equipas das rádios congéneres, assim como implementar outros tipos de parcerias no sector.

Por seu lado, a organização KAFO mantém a sua rádio a funcionar desde a sua fundação, não obstante as falhas por vezes ocorridas com os seus equipamentos, já vetustos, e o desinteresse dos jovens das comunidades pelo trabalho voluntário durável na rádio local. A solução encontrada para que assegurar a continuidade dos programas da Rádio Djalicunda é que os seus jornalistas trabalham a título voluntário e são simultaneamente animadores da própria KAFO.

7. QUE OSC INTERVÊM NO SECTOR?

Na análise deste ponto, identificámos dois grupos de organizações. Um grupo mais vasto de ONG's com uma presença muito regular na comunicação social, quer através da difusão de programas radiofónicos (incluindo debates), quer na formação e sensibilização de jornalistas para a compreensão e cobertura de eventos relacionados com as suas respetivas áreas de intervenção, ou ainda no patrocínio de emissões e publicações onde se faz a abordagem aos assuntos e/ou atividades das temáticas do seu interesse. Neste grupo podemos citar apenas algumas ONG ainda em atividade e mais constantes, tais como a Palmeirinha, focada na educação ambiental, a Liga Guineense

dos Direitos Humanos, centrada na promoção e defesa dos direitos humanos, a WANEP, virada para a prevenção e gestão de conflitos, e Voz di Paz, empenhada na consolidação da paz, etc.

Há um segundo grupo de ONG's, constituído pela AD, Tiniguena, Alternag, COAJQ (Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros), Federação Camponesa KAFO e o Centro do Teatro do Oprimido/ Fórum de Paz, que também fizeram e continuam a fazer este tipo de trabalho nos órgãos de informação e junto dos profissionais da comunicação social, mas que se distinguem do primeiro grupo pelo facto de terem conseguido edificar um sistema de meios de comunicação (próprios ou para os seus parceiros comunitários), em particular a criação de rádios e de televisões comunitárias, sobretudo as rádios, que se alastraram por todo o país e cobrem hoje em dia todas as suas nove regiões administrativas. Além disso, algumas destas ONG tiveram ainda o mérito de integrar e desenvolver projetos que redundaram na criação de estações de rádio para outras organizações da sociedade civil suas parceiras internas. Pelas provas dadas no passado e pela resiliência demonstrada atualmente face à crónica instabilidade institucional e à retração dos parceiros financeiros, optamos por evocar a experiência deste segundo grupo de ONG's, que consideramos mais ilustrativa da ação de OSC guineenses no sector dos média e também da monitorização cívica.

a. AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (AD)

Esta ONG, fundada em novembro de 1991, por um grupo de engenheiros agrónomos e técnicos do sector agrário estatal, é sem dúvida a que mais se destacou no sector da comunicação social, por forma a aproximar o desenvolvimento local das populações e estimular um maior envolvimento das comunidades na gestão dos seus espaços e recursos. Baseando-se em experiência semelhantes no Brasil e em alguns países da África Ocidental, e por impulso e empenho do seu primeiro secretário executivo e fundador, o agrónomo Carlos Augusto Schwarz Silva

“*Pepito*” (Bissau, 1949/ 2014), foi a AD que abriu a primeira rádio comunitária do país, chamada *Rádio Voz de Quelelé (RVQ)*, nome do bairro da periferia de Bissau onde se encontra a sede central da organização e as instalações da emissora. Primeira estação radiofónica não estatal na Guiné-Bissau, este estatuto originou inicialmente desconfiança e perseguição e conduziu até mesmo ao encerramento temporário da RVQ por parte das autoridades na época em que o país dava os primeiros passos para a abertura política e nas vésperas das primeiras eleições multipartidárias.

Mas a rádio acabou por ganhar os seus títulos de nobreza poucos meses depois, ao colocar-se na primeira linha de uma campanha muito bem-sucedida de sensibilização e de mobilização para a limpeza e combate à cólera. Quelélé não escapou à epidemia, mas o bairro não registrou nenhum óbito. A seguir, AD abriu a segunda rádio comunitária, *Rádio Kassumai*, em São Domingos, no Norte, Região de Cacheu, perto da fronteira com o Senegal. Depois foi a vez da *Rádio Lamparam*, em Iemberem, uma aldeia no interior do Parque Nacional das Florestas de Cantanhez, que abriga a sede da AD no Sul do país, nos confins da Região de Tombali. E finalmente, em julho de 2002, é inaugurada mais uma rádio comunitária, a Rádio-Escola EVA (Escola de Verificação Ambiental), em Suzana, Sector de São Domingos, na Região nortenha de Cacheu. É a educação ambiental aplicada ao desenvolvimento comunitário. Embora com um raio de alcance de menos de 10 Km, é uma rádio feita principalmente por alunos e professores, com a colaboração dos pais e anciãos das 15 *tabancas* que beneficiam do funcionamento da EVA de Suzana, tendo por objectivo ajudar a integrar mais a escola no seio da população, fazendo com que esta preste serviços à comunidade e seja percebida por ela como um instrumento do seu próprio desenvolvimento. Mais tarde surgiram mais escolas EVA, tanto no Norte, como no Sul do país, e também na capital.

A partir de 2002, às quatro rádios comunitárias, a AD juntou mais três televisões comunitárias, a *TV Quelelé*, em Bissau, a *TV Bagunda*, em São Domingos, e a *TV Massar*, em Iemberem. Estas televisões comunitárias filmavam, montavam e projectavam os seus trabalhos nas respectivas comunidades, que apreciavam bastante as chamadas “Câmaras Abertas”, sessões de exibição pública, seguidas de debates livres, de acordo com a temática do filme. Era tudo em circuito fechado, sem possibilidade de emissão, devido à ausência de uma norma legal para o efeito. A quarta televisão, a *TV Pris Utchak*, é uma iniciativa da ONG COAJQ, mas beneficiou do apoio e colaboração directa da AD, com fundos da União Europeia, e foi instalada em Canchungo, na Região de Cacheu, nos locais da COAJQ, organização de que falaremos mais adiante.

Num artigo dedicado ao trabalho pioneiro do fundador da AD no surgimento de televisões comunitárias na Guiné-Bissau, publicado no seu blog (<https://bentem.net/>), o agrónomo e cofundador da AD, José Filipe Fonseca, escreveu que “*as TV comunitárias, que pareciam sonhos inacessíveis, tornaram-se realidade em zonas do interior do país, com capacidade de retransmitir a TGB e a RDN (televisão e rádio públicas, que não conseguem cobrir todo o território nacional), e com um enorme potencial de transformação e modernização da sociedade em várias vertentes*”.

b. ASSOCIAÇÃO GUINEENSE DE ESTUDOS E ALTERNATIVAS (ALTERNAG)

Embora num registo menor, em comparação com a AD, a ALTERNAG, com sede no Bairro de Belém, em Bissau, apostou desde a sua fundação (junho de 1991) na comunicação, não fosse a promoção da opinião pública um dos seus principais objectivos, como forma de influenciar as decisões do poder político e elevar o nível social, económico e político das diversas camadas da sociedade guineense.

Outro objectivo específico desta ONG, mais visível na fase inicial da organização, é estudar e propor alternativas, que contribuam para a materialização do desenvolvimento endógeno e sustentado, bem como divulgar e levar a debate as conclusões, no quadro de um programa específico de promoção da liberdade de expressão, como componente importante do pluralismo democrático nascente. Para o efeito, lançou o jornal “ECO”, a primeira publicação periódica não-estatal do país, concebido no âmbito do programa de educação cívica que antecedeu as primeiras eleições multipartidárias. O periódico, que tinha um programa radiofónico homónimo, parou principalmente devido à guerra civil de 7 de junho de 1998, mas também por causa da dispersão de recursos humanos e a escassez de financiamento. A ALTERNAG lançou-se na criação de rádios comunitárias, não em benefício próprio, mas em apoio directo aos seus parceiros comunitários. Primeiro à comunidade do Sector de Bigene, uma localidade da Região nortenha de Cacheu, vizinha da fronteira com o Senegal. Criou então a *Rádio Comunitária de Bigene*, no âmbito de um programa sub-regional de recolha de armas ligeiras e de pequeno calibre (2005/08), financiado pelo CECI-Canadá e pela Oxfam Inglaterra.

A seguir, foi a vez da instalação em 2009 da *Rádio Educativa Voz de Tombali*, em parceria com a AJEC (Associação de Jovens Estudantes de Cubucare), da Região meridional de Tombali, na execução de um projecto de educação e saúde de base, destinado a melhorar as condições sociais e culturais das comunidades locais, sendo a comunicação uma contribuição para a promoção da cidadania e desenvolvimento comunitário integral. Outro resultado do projecto foi a edificação do Centro Social Multifuncional Juvenil de Tombalia, onde fica a Rádio Educativa Voz de Tombali, ambos financiados pelo Governo de Canárias, através da ONG espanhola Assembleia da Cooperação para a Paz (ACPP).

Nos primeiros anos da sua actividade, a defesa do ambiente e a educação ambiental foram também uma das principais áreas de intervenção da ALTERNAG, na década de 90 do século XX, no âmbito da Iniciativa Cantanhez, em parceria com TINIGUENA e AD, com o patrocínio da UICN. Pouco anos antes da criação desta ONG, foi um dos membros do seu grupo fundador que participou na denúncia dum negócio privado de exportação de carvão para a Gâmbia, que implicava a desmatagem intensiva, assim como alertou depois a opinião pública nacional e internacional e conseguiu impedir uma tentativa das autoridades de autorizar o armazenamento de lixo tóxico no território nacional. Tanto o negócio do carvão, assim como do lixo tóxico, mostraram a urgência do empenhamento da sociedade

civil nas questões ambientais e serviram de catalisador para a criação da ALTERNAG.

Outros dos seus domínios de intervenção é a saúde e nutrição, no âmbito do qual criou há 22 anos o Centro de Informação, Despiste, Aconselhamento e Apoio em matéria de VIH/ SIDA, em parceria com o Fundo Mundial e o PAM, centro que obteve o estatuto de referência, e cujos serviços são gratuitos para a comunidade. Ainda neste sector, tem apoiado a construção de infraestruturas sanitárias, sobretudo nas regiões e comunidades isoladas, incluindo maternidades e blocos operatórios, para fazer face a elevada taxa de mortalidade materno-infantil.

c. TINIGUENA “*Esta Terra É Nossa*” (Associação de Promoção do Desenvolvimento Participativo na Base e Gestão Durável dos Recursos Naturais)

Desde que a Tiniguena lançou-se no terreno em 1993, para a implementação dos três eixos da sua intervenção – apoio ao desenvolvimento na base, formação em matéria ambiental e cidadania activa – as suas actividades de disseminação e sensibilização, tanto ao nível local como nacional, apoiaram-se sempre nos média de proximidade, assim como em vários outros suportes de comunicação. Eram um complemento da sua ação de animação rural, para levar mais distantes as mensagens da organização.

Esta preocupação com a comunicação nos projetos da Tiniguena deu lugar à criação de uma seção de Educação para o Desenvolvimento, que comportava, além da realização de programas radiofónicos regulares, em função das temáticas dos sucessivos projetos, a edição de uma revista, “Mato Malgos”, hoje inexistente, que tratava com uma certa profundidade questões relativas à terra, água, energias renováveis, saneamento do meio, etc. A publicação de cartazes e de postais, a impressão de camisolas e de calendários, exposições fotográficas e a gravação de vídeos foram outros meios postos ao serviço das campanhas de informação e sensibilização de Tiniguena.

Neste domínio, uma das ações mais emblemáticas da Tiniguena, foram as mais de uma dúzia de visitas de estudo de alunos adolescentes da capital a sítios do património natural e cultural nacional em diversas regiões do país, no âmbito do seu programa de educação ambiental e para a cidadania. Esta iniciativa é a perfeita ilustração da conjugação de objectivos e metas de um projecto com as vantagens da comunicação social.

A seguir a cada visita dos alunos, sempre acompanhada pelo menos por um jornalista, eram realizadas conferências e outros eventos de restituição, com ampla cobertura mediática, incluindo debates radiofónicos, exposições fotográficas, etc. O interesse e sucesso dessas visitas de estudo acabaram por levar a maioria dos seus participantes jovens e adolescentes a criarem, com o apoio da Tiniguena, a sua própria ONG, a Geração Nova da Tiniguena, GNT, que tinha também o seu

próprio programa radiofónico semanal, *Interjovem*, patrocinado pela Tiniguena, e cujas emissões cessaram em 2022. Nas fase mais activa da sua existência, a GNT, hoje praticamente em hibernação, teve muito protagonismo em diversas iniciativas marcantes das organizações juvenis guineenses, designadamente no seio da RENAJ, entre as quais a criação da muito popular Rádio Jovem.

Em 2011, Tiniguena implantou na ilha de Formosa, nos Bijagós, a Rádio “*Fala di Urok*”. Embora com a assistência técnica e financeira da Tiniguena, esta rádio comunitária é gerida pela própria comunidade local, que se encarrega da produção, edição e apresentação de programas e informações. A rádio faz parte de um processo mais amplo de animação comunitária, como instrumento de governança partilhada, conduzido 1996 pela Tiniguena em Formosa e mais duas ilhas vizinhas, projecto que culminou com a criação da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok.

Convém desde já referir que entre as organizações da sociedade civil guineense que atuam no sector dos média, TINIGUENA é sem dúvida uma das que mais se destaca na realização de ações de monitorização, sobre as quais nos vamos debruçar mais adiante neste relatório.

d. FEDERAÇÃO CAMPONESA KAFO

Esta organização, fundada em dezembro de 1997, está sediada em Djalicunda, a cerca de 11 km da cidade de Mansabá, Região de Oio, onde tem a sua sede central, no Centro de Formação Camponesa de Djalicunda. Também exerce actividades nas Regiões de Cacheu, Bafatá e brevemente vai estar presente no Sul. E dispõe de um gabinete em Bissau, para administração e relações-públicas. Ao todo esta ONG intervém em mais de 1000 *tabancas* (aldeias). Os principais objectivos da KAFO (palavra da língua Mandinga equivalente a unidade, entreaajuda, associativismo, etc) tem por principais objectivos a autopromoção camponesa e o desenvolvimento agrícola e rural sustentável, através do reforço de competências pessoais e organizacionais, a fim de garantir às comunidades camponesas a participação efectiva na definição, execução, gestão e seguimento das suas opções de desenvolvimento. KAFO dá particular atenção à questão do género e de liderança feminina, uma vez que 61, 77% dos membros da federação são mulheres. A organização é muito experiente na gestão de florestas comunitárias.

A necessidade de convocar os seus associados para encontros de trabalho, formações e outras actividades é um dos motivos iniciais que levaram a ONG a criar a *Rádio Djalicunda*, em setembro de 2001, que também funciona no Centro de Formação Camponesa do mesmo nome, graças ao apoio da SWISSAID, o principal parceiro da KAFO. A rádio tem por missão fundamental promover uma comunicação para a cidadania activa, a educação, o desenvolvimento e a advocacia, para a defesa dos direitos e interesses imediatos das comunidades camponesas e pequenos produtores agrícolas da Guiné-Bissau.

Desenvolve uma comunicação e informação de massa, dirigida à comunidade de camponeses e pequenos produtos agrícolas das três regiões onde intervém. Em consequência, favorece a liberdade de expressão das comunidades, apoio e acompanha as iniciativas e actividades de desenvolvimento local, empreendidas pela federação e pelos seus parceiros locais. A rádio contribui igualmente para a valorização do saber tradicional e do património genético e natural, assim como para a promoção cultural e da coesão social local, pelo uso de três línguas locais, o que permite mais facilidade de compreensão da informação e mensagem, e favorece também com isso a coabitação pacífica entre comunidades de distintas cultura e tradição.

Os jornalistas que asseguram os programas da Rádio Djalicunda trabalham a título voluntário porque são simultaneamente animadores da própria KAFO. Em termos de programas, os mais escutados são: “*Nó labra pá nó tené de cumé k bindi*”, que significa em crioulo “Cultivemos para termos o que comer e vender”, destinado aos ouvintes agricultores, e “*Nó tudji k nó matu*”, que significa “Protejamos a nossa floresta”, um programa de defesa do ambiente. As emissões da rádio atingem a Região de Oio, assim como partes das outras duas regiões de intervenção da ONG e houve uma altura em que eram mesmo captadas na vizinha região senegalesa do Casamansa.

e. COAJQ

A ONG COAJQ é uma cooperativa agropecuária fundada em junho de 2000 por estudantes guineenses que estudaram em Cuba. Ela intervém essencialmente na Região de Cacheu, e tem a sua sede principal em Canchungo, e uma delegação em Cacheu. Actua ainda a nível nacional, mas em projectos com outros parceiros, nomeadamente na formação nas Regiões de Bafatá e Gabu de jovens empreendedores na operação e gestão de máquinas agrícolas, iniciativa suportada pela FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola). Presta essencialmente às comunidades de Caió, Cacheu, Calequisse e Canchungo serviços de um sistema integrado de agricultura, que inclui o fecho de *bolanhas*, o uso de debulhadoras e motocultivadoras na lavoura de arroz, e a sua transformação com o descasque e secagem. Também se dedica à cria de frangos de raça melhorada, faz viveiros de citrinos, e dá formação e capacitação em matéria de horticultura e de agricultura biológica, nomeadamente sobre o uso de biopesticidas e a preparação de compostagem. O reforço de capacidade organizacional e de gestão da produção das comunidades é outro eixo de intervenção da organização.

E foi precisamente por isso que, na fase inicial da intervenção, para esclarecer dúvidas e eliminar desconfiças dos agricultores em relação à eficácia das motocultivadoras no aumento de rendimento da produção de arroz, e devido também à falta de recursos para deslocações a todas as tabancas, a cooperativa decidiu criar, em 2006, uma rádio comunitária, chamada “*Uler Aband*”, que

significa “*Está na Hora*”, na língua majaca, uma das mais faladas na região de Cacheu. Para o agrónomo Leandro Pinto Jr, fundador e director executivo da COAJQ, mais do que um lugar de informação, debates e de troca de opiniões, a rádio, fundada graças a uma parceria com a AD e a União Europeia, tem sido um autêntico elo de ligação entre a COAJQ e as comunidades beneficiárias em todas as áreas de intervenção da cooperativa. Realçou ainda o papel decisivo da rádio na identificação das comunidades interessadas em receber assistência técnica e outros serviços da cooperativa.

Outro eixo de intervenção da cooperativa é na área das pescas, onde além de uma loja de materiais pesqueiros em Cacheu, a organização também é parceira, com o IBAP, a UICN, o PNTC - Parque Natural dos Tarrafes (Mangais) de Cacheu - um projeto de conservação das reservas haliêuticas dos braços do Rio Cacheu. O projecto, que tem o suporte financeiro da CEDEAO, contempla ainda a conservação da fauna local, assim como o repovoamento de mangais e levou a criação em 2013 de outra rádio comunitária, a Rádio Voz do Rio Cacheu, que assegura a informação e sensibilização da população da região sobre as actividades, as exigências, regras e importância do projecto ambiental.

Para uma ainda maior eficácia das suas relações de trabalho e ligação às comunidades onde intervém, COAJQ pôs em funcionamento em 2013 uma televisão comunitária, *TV Pris Utchak* (Estar atento à Terra, em língua manjaca) com a ajuda da AD e fundos da União Europeia. Contudo, devido a problemas de gestão, desvio de equipamentos e falta de recursos humanos, a TV não opera há cerca de três anos, problemas já identificados pela ONG e que estão em vias de resolução, a fim de relançar a estação já este ano.

f. CENTRO DO TEATRO DO OPRIMIDO/FÓRUM DE PAZ

O CTO é uma ONG fundada em 2004, e que é conhecida pela sua parceria com o projecto Fórum de Paz, com o qual já tinha uma precedente e longa colaboração em iniciativas de reconciliação entre forças militares, pára-militares e civis a seguir à guerra civil de “7 de junho”, em parceria com a ONG alemã *Welt Frieden Dienst* (WFD), Serviço para a Paz no Mundo. Antes, o CTO era sobretudo um grupo de facilitadores do projeto, que levou o teatro aos quarteis. Nessa época chamava-se ainda Grupo do Teatro do Oprimido (GTO). A sua denominação como Centro do Teatro do Oprimido ocorreu muito recentemente, após uma série de mudanças orgânicas e estruturais e o alargamento de suas áreas de intervenção. Nessa fase inicial a organização é definida pelos seus fundadores como a junção de grupos de jovens voluntários de várias origens, de diferentes associações juvenis, de animadores, de artistas e de estudantes, que tinham em comum a experiência de participação no projeto de reinserção, reintegração e reinstalação das vítimas da guerra. Por outras palavras, o grupo surgiu da união de cidadãos preocupados em sarar as feridas abertas na sociedade guineense pelo conflito fratricida de *7 de junho* de 1998 a maio de 1999.

O interesse, a originalidade e a crescente visibilidade do CTO/Fórum de Paz residem, não tanto no seu objetivo e missão, a transformação e resolução de conflitos e a consolidação da paz, mas mais na sua filosofia e metodologia de intervenção, na pedagogia e abordagem de educação cívica, na utilização de símbolos nacionais (os valores da luta de libertação, a unidade, luta e progresso, etc) na reflexão e ação.

Por outro lado, a ONG apoiou a criação e a integração nas suas atividades de uma vasta rede de ativistas da sociedade civil, os chamados Grupos de Construtores da Paz (GKP, Grupos de Construtores da Paz), pesquisadores e mediadores junto das populações dos conflitos existentes nas respetivas comunidades, para a transformação pacífica desses conflitos, consolidação da paz e progresso do país. Presentes em todas as Regiões, os GKP trabalham não só para a superação de conflitos, mas também para estimular cidadãos e instituições na transformação pacífica de conflitos, no interesse de uma democracia participativa, baseada nas capacidades locais para a paz e no acesso justo aos recursos.

Nos GKP, ao todo 11, o equilíbrio do género é uma regra estrita. E cada um deles tem o seu grupo de teatro, e todos incluem membros jornalistas e foi por iniciativa deles que foi criado o Núcleo de Jornalistas do Fórum da Paz, destinado a promover a paz, para a aproximação, contacto frequente e colaboração entre a classe.

Desde 2012 que a organização tem relações privilegiadas com os jornalistas, em particular os das rádios comunitárias, que depois de uma formação pontual, manifestaram interesse na pedagogia e abordagem de GTO/ Fórum da Paz e integraram os GKP das respetivas regiões. Aliás, a comunicação social, mais concretamente o jornalismo para a paz, constitui um dos pilares da ONG, e esta esfera de atividade tem sido alvo regular dos chamados *Campos de Observação*, um exercício de monitoramento, que a organização já vem promovendo quase há uma década à escala do território nacional, durante os *Conselhos de Paz*, a assembleia geral dos GKP, e no decurso dos quais os delegados das diferentes regiões realizam ações de monitoramento de 11 campos de observação, entre os quais o da comunicação social. Esta atividade consiste no seguimento, observação e inquirição da população e das autoridades locais, na região anfitriã do evento, com vista a avaliar a situação desta região e propor recomendações. Outra ferramenta de análise crítica, de debate e compilação de ideias e recomendações sobre o trabalho dos jornalistas e de outros atores da comunicação social, são os fóruns interativos, denominados *Espaços Abertos*, consagrados a variadíssimas matérias. O Jornalismo para a Paz, Democracia e Coesão Social foi o tema central do último *Espaço Aberto*, na segunda quinzena de outubro de 2023.

8. HA QUANTO TEMPO É QUE ELAS INTERVÊM NO SECTOR E QUAL O ÂMBITO DAS SUAS INTERVENÇÕES

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



18

O impacto global resultante da queda do Muro de Berlim em 1989, designadamente o início do desmoronamento do bloco comunista e a contestação ao modelo autoritário de governação e à respetiva falta de liberdade, também se fez sentir em África, onde predominavam os regimes monolíticos, de partido/Estado.

A Guiné-Bissau não escapou igualmente a esta onda de choque planetária. A viver mais de uma década de crise económica, com extrema dependência da ajuda externa e sinais de várias fissuras internas no PAIGC, o partido único no poder desde a independência, as autoridades guineenses já vinham ensaiando uma abertura à economia de mercado, após acordos com o FMI e o BM, mas sem ainda abandonar os dogmas políticos. Isso viria a acontecer no início dos anos 90, sob pressão dos parceiros estrangeiros, sobretudo ocidentais, e das próprias elites e opinião pública locais.

Esta conjugação de factores conduziu à queda do “Artigo 4” da Constituição, através da revisão constitucional de 1991, que pôs fim ao monopólio do poder político por parte do PAIGC, e abriu caminho à democracia e ao exercício de mais direitos e liberdades, entre os quais o direito à liberdade de informação e de expressão.

Antecedendo as primeiras eleições multipartidárias (agosto de 1994), é nesta conjuntura que surgem, a partir de meados de 1991, as primeiras, mais dinâmicas e principais ONG`s nacionais, designadamente a ALTERNAG (Associação Guineense de Estudos e Alternativas), a TINIGUENA (Associação de Promoção do Desenvolvimento Participativo na Base e Gestão Durável dos Recursos Naturais), a AD (Ação para o Desenvolvimento) e a Liga Guineense dos Direitos do Homem (LGDH), ainda antes mesmo da adopção de uma lei específica sobre estas organizações da sociedade civil.

Esta legislação veio finalmente a ser aprovada e depois publicada em 23 de março de 1992, e seria seguida, em 1993, pelo decreto que instituiu o <<Dia Nacional das ONG>>, a ser celebrada a cada 12 de fevereiro, data em que o Conselho de Ministros aprovou o decreto que disciplina a criação e o exercício de atividades das ONG. Até então, as ONG presentes no país eram todas estrangeiras, e as OSC guineenses eram sobretudo representações locais de organizações religiosas estrangeiras de cariz caritativas e/ou humanitárias e umas poucas associações, como a AMIC (Associação dos Amigos das Crianças) ou a AGUIBEF (Associação Guineense de Bem-Estar Familiar), SOL-BOÉ – Solidariedade com Boé. E se recuarmos ainda mais no tempo, de 1955 até os últimos anos da colonização portuguesa, só eram permitidas as ordens religiosas, as agremiações desportivas e culturais, e certos agrupamentos de entreatajuda.

A pretensão destas primeiras ONG era e ainda é a partilha com o Estado de funções de apoio ao desenvolvimento, ao serviço de comunidades locais mais desfavorecidas, para a satisfação das suas necessidades. Isto implicava a criação de um espaço para permitir a mobilização e a participação efetiva de todas as forças vivas da sociedade, no trabalho direto com as populações, para a autonomia e auto-desenvolvimento dessas comunidades, para a melhoria das suas condições de vida e a promoção da sua participação nas tarefas de desenvolvimento socio-económico.

As múltiplas atividades a implementar para o efeito desta missão levaram estas organizações à intervenção direta e/ou à implicação por via de sensibilização em diferentes domínios e tarefas, para os quais o Estado não tinha capacidade de resposta efetiva, vocação ou era deficitário, tais como a promoção da opinião e da democracia participativa, a preservação do património natural e cultural e a participação ativa da população rural e peri-urbana na realização de atividades de promoção do seu progresso social, económico e cultural.

A LGDH, obviamente, especializou-se na promoção e defesa dos direitos humanos. As outras três ONG optaram pelas tarefas de desenvolvimento, tendo na agenda a defesa do ambiente, apoio ao movimento associativo, promoção das mulheres, alfabetização, e muitas outras atividades, embora tendo cada organização as suas áreas principais de atuação e abordagem específica.

Além do apoio ao desenvolvimento comunitário, estas três ONG, e também a LGDH e as restantes OSC nas suas respetivas esferas de intervenção, tinham em comum o interesse e a importância que desde o início conferiram ao papel dos media, da comunicação social de massa, na implementação das suas atividades.

Assim, foi com naturalidade que todas essas organizações recorreram fortemente ao uso dos media e ocuparam massivamente o limitado espaço mediático guineense, não propriamente como área de intervenção, mas antes como uma ferramenta, um instrumento transversal para levar mais longe e ao maior número de pessoas possíveis a sua mensagem, para facilitar o diálogo e a comunicação a vários níveis com o seu auditório e para a sua sensibilização.

Na perspetiva das suas ações de desenvolvimento e sempre que houvesse disponibilidade financeira, as ONG mais robustas e dinâmicas tinham no seu orçamento uma rubrica relativa à comunicação, que garantia a gravação de programas radiofónicos regulares. Algumas difundiam também programas esporádicos na Televisão da Guiné-Bissau (surgiu em setembro de 1989), que têm custos mais elevados e umas poucas se lançaram na edição de publicações periódicas. Contudo, a imprensa e o audiovisual não constituíam a atividade e objetivo principais, e nem as mais prioritárias. A única exceção foi o Centro de Informação e Difusão (CID), uma ONG já referida atrás, criada em 1992 por um

grupo de jornalistas interessados em questões de desenvolvimento e de cooperação com a sociedade civil. Apesar do apoio institucional do CECI (Centro Canadano de Estudos e Cooperação Internacional/ Canadá), da Oxfam América e Oxfam Bélgica, o CID infelizmente não teve continuidade, por falta de financiamento e de infraestruturas.

Em termos de monitorização cívica, muito embora uma das forças das organizações da sociedade civil seja precisamente a de poder monitorar a governação, para responsabilizar o Estado e suscitar mudanças, no sentido de boas práticas, este método e as suas ferramentas para a verificação da formulação e implementação de políticas públicas, tem sido, no entanto, nas duas décadas que se seguiram ao surgimento das primeiras ONG na Guiné-Bissau, com raras exceções, um processo pouco relevante nas atividades das organizações da sociedade civil. E mesmo tendo em conta que a partir da identificação de um dado problema já há monitorização, só se pode falar com propriedade de monitorização cívica estruturada por parte das OSC do país depois de 2010 em diante.

Mesmo assim, ainda muito antes, nas conclusões da já citada II Conferência das ONG's, vinha expressamente mencionado que as organizações da sociedade civil *“são partidárias, mas não são apolíticas, tendo como tal, o direito e o dever de participar efetivamente na definição e implementação de políticas nacionais apropriadas”*. E estas também já reivindicavam na mesma altura o direito a uma intervenção crítica na sociedade, que implica a participação em sensibilizações públicas, *“com possibilidade de exercer pressão junto às instâncias do Estado, para a correção de medidas políticas que afetam a gestão durável dos recursos naturais, assim como o desenvolvimento participativo das populações”*.

9. RESULTADOS NA ÚLTIMA DÉCADA

No desenvolvimento deste ponto, é preciso primeiramente levar em consideração que esta década também foi marcada pela crise estrutural que o país vem enfrentando e pela crescente dificuldade de mobilizar financiamentos externos, financiamentos que no passado, isto é há cerca de 20 anos atrás, possibilitaram implementar projetos e programas, que foram determinantes para a viabilização de grande parte das iniciativas das principais OSC que actuam fortemente no domínio da comunicação social. Convém também salientar que embora esta conjuntura afecte hoje a generalidade das OSC, o seu impacto não é igual para todas.

Outro aspecto a assinalar neste período é a transição geral para a comunicação digital, com a criação de sites próprios e as possibilidades de incluir vídeos, de marcar presença nas redes sociais e noutras plataformas disponíveis na Internet, nomeadamente a vantagem de realizar emissões radiofónicas online, assim como de ser possível captar essas emissões a partir de celulares.

No caso da AD, que como vimos atrás é campeã na criação de rádios e televisões comunitárias, este cenário foi agravado por uma crise de liderança e de gestão, iniciada sensivelmente depois de 2014, e que afastou alguns parceiros de referência e paralisou projectos e programas, que antes permitiam à organização dar apoio técnico e financeiro ao sector de comunicação. Contudo, perante o fim dos apoios, os jovens radialistas, técnicos de som, jornalistas e operadores de câmara do Bairro de Quelelé e das cidades do interior do país onde a ONG abriu as emissoras, formados pela AD e hoje adultos experientes, não baixaram os braços e tiveram que se reinventar. Exercendo a partir das instalações da AD e com o essencial dos materiais e equipamentos adquiridos por esta, e pondo de lado o estatuto de voluntários, autonomizaram-se e lançaram-se numa operação de sobrevivência no mercado mediático, com tarifas mais baixas e sem cobrar certos serviços, de índole social. Com menos qualidade informativa e técnico-jornalística, e muita música, estas rádios continuam, com muitas dificuldades, a desempenhar as funções para que foram criadas. A Rádio EVA de Suzana também mantém as suas emissões, mas infelizmente já sem o componente de rádio-escola de educação ambiental. Das três TV comunitárias da AD, duas (TV Bagunda e TV Massar) estão paralisadas, devido à degradação de materiais e equipamentos, ou à falta de luz eléctrica, e sobretudo à perda de pessoal técnico e de jornalistas, que abandonaram os seus postos para procurar empregos mais bem remunerados. A única que resistiu é a TV Comunitária de Quelelé, à custa de muita austeridade e esforço, mesmo assim sem a capacidade de animação comunitária de outrora, porque deixaram nomeadamente de realizar as sessões de projecção dos seus filmes, seguidos de debates no ringue desportivo do bairro, denominadas “Câmara Aberta”, que atraíam muita participação local.

Em relação à ALTERNAG, neste período, a organização decidiu criar a sua própria rádio, com capacidade de cobertura nacional, a fim de reforçar as suas ações no domínio da cidadania. A estação radiofónica, aberta à difusão de programas de outras organizações da sociedade civil que queiram, funciona em regime experimental desde 2021, mas as suas emissões regulares arrancam no início de 2024. A instalação desta rádio, denominada Rádio ALTERNAG, beneficiou de fundos da Cooperação Espanhola, e contou com a parceria da ONG espanhola ACPP. Além da rádio e do centro de apoio à saúde, a organização dispõe de um Centro de Documentação e Informação, assim como de uma Biblioteca. De referir ainda que a ONG colaborou nas monitorizações eleitorais em 2014 e 2019.

Quanto à TINIGUENA, esta década, além de registar o prosseguimento das emissões, com altos e baixos, da rádio comunitária *Fala de Urok*, na ilha de Formosa, no arquipélago dos Bijagós, a organização continuou a publicação regular dos seus tradicionais calendários, em que a temática do ambiente, da cidadania e do património natural e cultural nacional é dominante. No entanto, neste período, a ONG destacou-se sobretudo pela série de ações de monitorização em que colaborou, como no Grupo de Trabalho de Petróleo e outras indústrias

extrativas (2008/12), e noutras em que implementou, como a monitorização da exploração dos recursos naturais, iniciada em 2014, e com uma segunda fase em 2018, que abrangeu os sectores das florestas, pesca, e recursos mineiros. Esta última actividade realizou-se no quadro do projecto de “Gestão Transparente - Recursos Sustentáveis. Projecto de Reforço de Capacidade da Sociedade Civil para a Monitorização da Gestão dos Recursos Naturais da Guiné-Bissau”, financiado pela União Europeia. Posteriormente, TINIGUENA assegurou ainda a avaliação da implantação de infraestruturas nas zonas costeiras e húmidas do país, em particular nos Bijagós, num projecto regional de influência das políticas públicas e de reforço das OSC para a redução do impacto das infraestruturas nas zonas costeiras, financiado pela MAVA, em que também colaboraram outros actores nacionais. A partir de 2014, a organização esteve envolvida com outras OSC na monitorização da campanha eleitoral, aspetos do género, discursos de ódio, inclusão de pessoas com deficiência, cobertura dos media e do acto de voto das eleições gerais deste ano, assim como das eleições de 2019. Em 2023 coordenaram os trabalhos de monitorização das eleições legislativas de 4 de junho.

No que se refere à Federação KAFO, não houve no campo mediático nada significativo a assinalar, além do facto de que a *Rádio Djalicunda* mantém as suas emissões regularmente, embora os seus efetivos se queixem da antiguidade dos equipamento do estúdio, a precisar de renovação. Também lamentam o crescente desinteresse dos jovens locais pela atividade voluntária na rádio, que carece igualmente de meios de transporte para reportagens.

Por seu lado, as duas rádios comunitárias apoiadas pela ONG COAJQ em Canchungo e Cacheu, mantêm as suas emissões, mas subsistem num contexto de grandes dificuldades financeiras, de vetustez de materiais e equipamentos de trabalho, assim como de carência de energia elétrica, que provocam a redução do tempo de emissão e interrupções pontuais de funcionamento. Entretanto, a televisão comunitária TV Pris Utchak, em Cachungo, deixou de funcionar há cerca de três anos.

Finalmente, no que toca às actividades do CTO/FP, para além das ações já atrás referidas, convém assinalar a formalização de uma parceria com a comunidade de Malafo, no Sector de Mansoa, região de Oio, para a criação de uma rádio comunitária, a *Rádio Bemba*, que visa formar e informar a população de Malafo, sobretudo os mais jovens, contribuir para a sensibilização e consolidação da paz e resolução pacífica de conflitos comunitários. A nova rádio já está no ar desde 30 de janeiro de 2024. Em termos de monitorização, além das actividades no âmbito dos GKP (Grupos de Construtores da Paz) já referidas atrás, a organizou concluiu um acordo com a CNE (Comissão Nacional de Eleições), que permitiu igualmente o monitoramento comunitário das eleições legislativas de junho último.

10. PONTOS FORTES E FRACOS

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



a. PONTOS FORTES

O principal ponto forte da comunicação social é sem dúvida a sua ancoragem na comunidade, o que permite a essas pessoas usufruir do seu direito à informação e à palavra, defenderem os seus interesses, os seus pontos de vista e de poderem, de certa maneira, participar no processo de desenvolvimento.

Não menos importante é que estes meios de comunicação são também um instrumento de participação das diferentes comunidades rurais e urbanas na vida pública, no seu seio, como no da nação. É ainda uma contribuição para a sua educação e para a solução dos problemas de desenvolvimento do país no seu todo.

Por força dos seus programas de sensibilização e de informação, estes media vão ao encontro dos reais problemas das comunidades, contribuem para promover a cultura local, a aproximação e o entendimento dessa comunidade. E como são realizados pelos próprios elementos dessas comunidades e nas diversas línguas nativas, isso lhes dá maior credibilidade e eficácia.

Estas rádios são também um precioso auxiliar dos extensionistas rurais empenhados nos projetos de desenvolvimento local, assim como são um espaço de aprendizagem para os diferentes técnicos, que em emissões de pergunta/resposta, são chamados a preparar a apresentação de temas, a animar e explicar aos respectivos auditórios métodos e práticas agrícolas ou de outra natureza.

Outra vantagem óbvia da comunicação comunitária é o lugar importante na sua grelha de programação da vulgarização de boas práticas em matéria de questões vitais para a comunidade, como a saúde, a higiene, a nutrição, o corte abusivo de árvores, a devastação do mangal, etc.

Os media destas OSC, em particular as rádios, tiveram e ainda têm um papel relevante na construção da cidadania e da formação de consciência social e política a partir da base, nas zonas rurais.

Outra vantagem destes media é poderem entrar em cadeia e retransmitirem alguns programas da RDN, a rádio estatal, e de outras estações radiofónicas da capital.

Finalmente, outro ponto forte no domínio dos media foi a formação e capacitação de técnicos e jornalistas, provenientes do bairro e das zonas rurais em que as rádios estão inseridas, e que atualmente engrossam as fileiras de profissionais desta área em quase todos os órgãos de informação públicos ou privados. Portanto, este ponto forte é, simultaneamente um ponto fraco, porque a maioria desses quadros comunitários, frustrada pelo estatuto de voluntários, acabaram por procurar outros locais de trabalho mais bem remunerados.

b. PONTOS FRACOS

A fraca capacidade de auto-financiamento e a limitada capacidade de concorrer a fundos externos por parte da maioria das OSC que suportam estes media afectam directa e indirectamente o seu funcionamento e desempenho na prestação de serviços.

Um problema geral é a fuga de recursos humanos. Outra dificuldade sentida por muitos é a falta de recursos para renovar equipamentos e materiais de trabalho muito antigos e degradados.

Ausência de meios de transporte e de autonomia em matéria de luz eléctrica.

Inexistência de um quadro legal específico que regule o sector dos media comunitários, apesar da apresentação de uma proposta de revisão da Lei da Rádio, para incluir um componente relativo às rádios comunitárias

Reduzido protagonismo da RENARC, a rede de coordenação e concertação dos medias comunitários.

Interrupção da interação da RENARC com os parceiros externos, entre as quais com a UNIRR (União e Inclusão em Redes e Rádio/Brasil), a AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias) e mais alguns outros, que possuem condições de apoiar capacitação, assessorias e até fornecimento de materiais e intercâmbio de programas.

11. A COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DAS OSC

Outro legado da AD no domínio dos media foi sem dúvida a criação da RENARC (Rede Nacional das Rádios Comunitárias) em São Domingos, em 1998. Foi a resposta à autêntica explosão de rádios de proximidade, que se seguiu à entrada em cena das rádios comunitárias da AD. A RENARC, cujas instalações estão no complexo da AD em Quelelé, e que no início de 2024 deve reunir a sua 17ª Assembleia em Gabu, é a organização que assegura a coordenação e garante a concertação das rádios e TV comunitárias das OSC, que em dada altura chegaram a ultrapassar uma trintena. Actualmente, o número exacto das rádios comunitárias em funcionamento não é conhecido, mas admite-se que é ligeiramente menor de 30, porque embora continuem a surgir novas estações, outras pelo contrário fecham portas, devido a problemas internos não resolvidos, falta de luz eléctrica, ou instalações degradadas, como é o caso da rádio da ONG APALCOF em Contuboel, ou por dificuldades de pagamento das taxas cobradas anualmente pela ARN (Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação), organismo público que atribui as frequências de emissão.

A RENARC deve velar também pela formação e capacitação dos seus membros, assim como pela integridade, qualidade e regras de ética e deontologia dos media comunitários. Em 2003 a RENARC passou a coordenar e dinamizar, não só as

atividades de formação, como também as de reflexão, após o 7º Encontro das Rádios Comunitárias, realizado no Centro de Formação Camponesa de Djalicunda, na região de Oio, pertencente à ONG KAFO. A rede encarregou-se assim da realização de vários cursos de formação (programas agrícolas, audiometria e técnicas de programação) e de visitas de estudo ao Mali, Senegal e Brasil, assim como de aproximação com as rádios comunitárias dos outros PALOP, com as quais iniciaram um ano antes uma cooperação formalizada.

De salientar especialmente a formação de jovens radialistas das rádios da RENARC, em técnicas de instalação de emissores e antenas, manutenção de equipamento e pequenas reparações do material corrente. Este facto veio ajudar a resolver um grave problema que se verificava anteriormente e que levava a que as avarias das rádios se prolongassem por vários meses, com a consequente interrupção das suas emissões.

12. OS RESULTADOS CONSEGUIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES EM TRABALHAR ESPECIFICAMENTE NESTA ÁREA

Tratando-se de comunicação social e de monitorização cívica, a avaliação de resultados obtidos pelas organizações é obviamente um exercício algo subjectivo e mais difícil de quantificar. Não obstante, há indicadores concretos que podem atestar do impacto da utilização destes meios e ferramentas como suportes no trabalho destas organizações de promoção do desenvolvimento nas comunidades.

Com efeito, como é que todas estas organizações podiam difundir os seus propósitos, conseguir visibilidade e aceitação, sem a ajuda dos media? Como promover, numa sociedade fragmentada e maioritariamente iletrada, o pluralismo, a democracia, a consciência cívica e ecológica e todos os outros novos conceitos então em voga, sem passar pelos meios de comunicação? Finalmente, como comunicar e sensibilizar, para empoderar, erradicar a pobreza e a ignorância, dar voz e fazer chegar novas formas de organização e de produção a comunidades dispersas em zonas rurais remotas e de difícil acesso apenas pelo contacto pessoal e interpessoal? Até porque as emissões em frequência modelada da RDN (Radiodifusão Nacional), a emissora pública, única então existente no país, não eram captadas em boas condições ou eram mesmo inaudíveis em partes consideráveis do território, sobretudo nas zonas fronteiriças, o que, por sinal, ainda hoje se verifica.

A pretensão destas primeiras ONG era e ainda é a partilha com o Estado de funções de apoio ao desenvolvimento, ao serviço de comunidades locais mais desfavorecidas, para a satisfação das suas necessidades. Isto implicava a criação de um espaço para permitir a mobilização e a participação efetiva de todas as forças vivas da sociedade, no trabalho direto com as populações, para a autonomia e auto-desenvolvimento dessas comunidades, para a melhoria das suas condições de vida e a promoção da sua participação nas tarefas de desenvolvimento socio-económico.

Os seus projectos de apoio ao movimento associativo nas comunidades fizeram surgir e multiplicar-se por todo o país agrupamentos de camponeses e de outras categorias profissionais, de mulheres empreendedoras, de jovens, ou de grupos culturais, que são um dos resultados tangíveis da intervenção destas OSC, e a utilização da comunicação social está intimamente associado este resultado.

Da mesma forma que a iniciativa destas ONG de sensibilizar as comunidades para a conservação ambiental, uso durável dos recursos e promoção das culturas locais, não seria possível sem a contribuição dos media. Tal como não teriam qualquer eco no centro do poder as denúncias por parte destas organizações de más praticas na exploração de recursos, abusos e ausência de autoridade, sem o recursos aos media. A tal ponto, que poucos anos após a abertura das primeiras rádios comunitárias da AD, algumas outras OSC seguiram-lhe o exemplo e hoje em dia esses órgãos de comunicação de massa estão presentes em todas as regiões e constituem uma realidade incontornável na paisagem mediática nacional.

Os media destas OSC, em particular as rádios, tiveram e ainda têm um papel relevante na construção da cidadania e da formação de consciência social e política a partir da base, nas zonas rurais, devido ao peso da oralidade na comunicação tradicional, assim como ao acesso fácil e barato a estes meios de comunicação. Sem esquecer o seu papel nas campanhas de prevenção de doenças contagiosas, em especial nas zonas limítrofes, como aconteceu durante a pandemia da COVID 19 e durante o surto de Ébola na vizinha Guiné-Conacri.

Outra vantagem destes media é que entram em cadeia e retransmitem nas respectivas zonas de implantação alguns programas (sobretudo os boletins noticiosos) da RDN, a rádio estatal, e de outras estações radiofónicas da capital. Autênticos centros de gravidade dos locais em que estão instalados, a influência destes media fora da capital é tal, que Bubacar Serra, responsável há mais de 20 anos da AD no sul, confessa que por vezes tinha a impressão que a ONG era quase o próprio Estado nessas paragens, no interior das florestas de Cantanhez.

Finalmente, outro resultado palpável no domínio dos media foi a formação e capacitação de um número significativo de técnicos e jornalistas, provenientes do bairro e das zonas rurais em que as rádios estão inseridas, e que hoje em dia engrossam as fileiras de profissionais desta área em quase todos os órgãos de informação públicos ou privados. Os próprios técnicos agrícolas e de outras especialidades dessas ONG, que animavam as emissões radiofónicas, também acabaram por beneficiar destas tarefas, uma vez que eram obrigados a preparar-se convenientemente e a superar-se a fim de melhor enquadrar e elucidar os respetivos auditórios.

13. QUEM SÃO OS PRINCIPAIS PARCEIROS DE FINANCIAMENTO E DE IMPLEMENTAÇÃO?

Promotores:



Com apoio técnico e financeiro de:



Desde logo, convém esclarecer que nos últimos cinco anos praticamente não houve qualquer investimento significativo neste sector. No que respeita à AD, o investimento mais recente foi a construção, em 2018, do Centro Multimedia de Quelelé, de formação de profissional de jornalistas, no âmbito do Consórcio Media, Informação e Comunicação Social (CMICS), e que contou com o financiamento do PBF e as parcerias com o UNIOGBIS e a RENARC. Até aqui o sector desta ONG sobrevive à custa de pequenas subvenções pontuais, e também em virtude da prestação de serviços das suas rádios (difusão de programas, anúncios, comunicados, etc) e a Televisão Comunitária de Quelelé (gravação de vídeos para relatórios, etc) a empresas, a projectos e a outras OSC.

No caso da ALTERNAG, o projecto de radiodifusão desta ONG, financiado pela Cooperação Espanhola, em parceria com a ONG ACCP, também de Espanha, beneficiou depois de dois micro-financiamentos da organização US Africa.

Quanto à Federação Camponesa KAFO, o seu principal parceiro financeiro nesta área é a Swissaid, sendo que a organização também beneficia de contribuições financeiras da UNICEF, através da divulgação na Rádio Djalicunda de programas de educação ambiental da ONG Palmeirinha, do projecto IANDA GUINÉ e da FAO, em contrapartida à divulgação de programas, comunicados e outros serviços de projectos destas organizações, entretanto já terminados.

Por seu lado, a TINIGUENA recebe apoio ao seu sector de comunicação no âmbito institucional, dos seguintes parceiros: Fundação MAVA, PAM, INTER PARES, FIDA, Fundação Hans Wilsdorf, UE, PNUD e PRCM.

No que se refere à COAJQ, nos últimos anos, as suas rádios em Canchungo e Cacheu funcionam graças à prestações de serviços de difusão de programas, comunicados, etc, a empresas, projectos e a outras OSC.

Finalmente, O CTO/Fórum de Paz tem como principal parceiro financeiro o Ministério da Cooperação alemão (através do seu Serviço Civil para a Paz), implementado no terreno pela ONG alemã WFD, em colaboração com diversos parceiros locais, tais como os GKP, a Comissão de Jornalistas do Fórum de Paz e os rádios comunitários, etc.

14. O PAPEL DO GOVERNO OU DOUTRA ENTIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES NA ÁREA EM QUE INTERVÊM?

O papel das autoridades nesta área é de extrema importância e é mesmo desejável. Não só pelos meios tecnológicos de que dispõe, pelos serviços de regulação que exerce e também pela capacidade de apoio financeiro, directo e indirecto. Neste sentido, uma das iniciativas possíveis e urgentes é a aprovação, pelo Governo e pela Assembleia Nacional Popular, de um pacote de medidas legislativas

benéficas para o setor e que está em banho-maria há pelo menos cinco anos. O Estado também pode desempenhar um papel positivo no atendimento das necessidades dos actores desta área no domínio da formação e aperfeiçoamento do pessoal.

Entre outras entidades possíveis, convém salientar o papel das Nações Unidas, que antes das eleições legislativas de 2018 e por iniciativa da extinta missão do UNIOGBIS e com fundos do PBF, levou a cabo, em parceria com as autoridades, media e classe jornalística guineense, um importante apoio, com impacto no reforço da organização do sector, da sua independência e profissionalismo, experiência que seria útil capitalizar e consolidar.

15. AS PERSPETIVAS FUTURAS DAS OSC NA ÁREA

As perspetivas da atividade das OSC nesta área podem vir a ser risonhas, com a condição de ser implementado um conjunto de medidas, nomeadamente: Aprovação pelas autoridades do pacote legislativo referente ao setor da comunicação social, em particular aos media comunitários, que está em espera desde 2019; Adoção pelas OSC do setor de um plano estratégico prevendo modelos alternativos de financiamento, assim como uma coordenação de intervenções na área; Num cenário de maior estabilidade institucional e na hipótese da realização de eleições autárquicas, o setor poderá encontrar novas oportunidades de parceria e de financiamento

16. CONCLUSÃO

É consensual o reconhecimento de que as organizações da sociedade civil guineense tiveram um papel relevante no processo de liberalização política do país, bem como no advento da imprensa livre e plural dele resultante. As OSC nem esperaram pela revisão da Constituição de 1991, que consagrou o regime democrático, para começarem a fundar associações, promover debates e criar os seus próprios meios de comunicação. O primeiro jornal e a primeira rádio não estatal foram iniciativas de ONG's.

A partir de então, a “*comunicação comunitária*”, em particular as rádios, surge como meio de comunicação alternativo e dinâmico, e conheceu um fulgurante sucesso, estando hoje presente em todas as regiões administrativas do território, e sendo considerada um parceiro insubstituível e incontornável praticamente em qualquer ação de desenvolvimento.

Contribuíram para tirar do anonimato e trazer para o convívio nacional milhares de guineenses das zonas mais recônditas, isoladas e carentes de infraestruturas essenciais, fazendo ouvir a voz dessas comunidades e conhecer os seus problemas

e suas aspirações. Leva também a essas comunidades informação e a discussão de temas importantes da vida social, nomeadamente questões políticas, ambientais, económicas, de saúde e educação, etc.

Depois de duas décadas de franco sucesso, e resistindo à crónica instabilidade da Guiné-Bissau, incluindo uma guerra civil destruidora, hoje, na terceira década da sua existência, os meios de comunicação das OSC enfrentam sérios desafios, alguns ultrapassados com relativo êxito, como a transição para a tecnologia digital e a concorrência dos novos media. Mais difíceis de resolver são os custos do funcionamento autónomo destes órgãos, sem os apoios das ONG de enquadramento.

Daí a necessidade destas OSC e destes media reflectirem e conceberem em conjunto uma estratégia de captação de recursos financeiros. Também é importante e pertinente que as autoridades pensem numa subvenção estatal ou outras formas não onerosas de apoio, à semelhança do que se pratica noutras latitudes. Os parceiros externos, nomeadamente as Nações Unidas, através do PBF podem igualmente dar a sua contribuição, prolongando os apoios que tem vindo a dar ao sector, com vista à consolidação de suas actividades.

Seja como for, as comunidades continuam a procurar os serviços dos media das organizações da sociedade civil. No final de janeiro ultimo foi inaugurada mais uma rádio comunitária, *Rádio Bemba*, em Malafo, uma localidade da Região de Oio, uma parceria entre a comunidade local e a ONG Centro do Teatro do Oprimido/ Fórum da Paz.

17. RECOMENDAÇÕES

- Analisar e encontrar, por parte das OSC e dos media que apoiam, um plano estratégico, incluindo um modelo viável de financiamento, para o reforço da sua capacidade de prestação de serviços às respectivas comunidade.
- Organizar uma conferência das OSC intervenientes no sector (com a presença de parceiros), para a avaliação da situação, atividades e possibilidades de projetos, financiamento e parcerias.
- Promover iniciativas de advocacia junto do Estado e de entidades suscetíveis de influenciar positivamente o setor de interveção.
- Que a RENARC retome a colaboração com as redes de organizações especializadas como a UNIRR (União e Inclusão em Redes e Rádio/ Brasil) e a AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias).
- Aprovação pelo Parlamento e pelo Governo de uma proposta de quadro legal específico para as rádios comunitárias.

- Atribuir subvenção estatal aos órgãos de comunicação social comunitários, nomeadamente às rádios comunitárias.
- Redução ou supressão de taxas relativas à atribuição de frequências e da licença de funcionamento cobradas pelo Estado às rádios comunitárias.
- Renovar apoio da UN às rádio e televisões comunitárias, através do PBF, para a consolidação deste sector de actividades.

FONTES E OBRAS CONSULTADAS:

Background Paper on Media in GB and UN support.

Breve Historial da Rádio Voz de Quelelé, a primeira rádio comunitária da Guiné-Bissau, Adão Nhaga, 14/08/2010.

I Reunião das ONG`s dos PALOP`s em Bissau, março de 1991.

Sobre A Problemática da Emergência de ONG`s Nacionais nos PALOP`s.

Guia dos Recursos Humanos das ONG da Guiné-Bissau, Braima Dabo e Caterina Ribeiro, Edição ACEP, 2005;

II Conferencia das ONG “Desenvolvimento Participativo e Democracia”, SOLIDAMI, Bissau, 24/28 de janeiro de 1994, Edição CIDAC.

A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau, Dinâmicas, desafios e perspectivas, coordenação de Miguel de Barros, outubro de 2014;

Ficha de Identificação e Lista das ONG`s, Domínio e região de intervenção/ SOLIDAMI, novembro de 1994.

SOLIDAMI, Organismo para a promoção, coordenação e orientação da Ajuda Não Governamental à Guiné-Bissau, fevereiro de 1992, Michiel van der Drift/ SAWA;

Pepito: Grandeza e Exemplo de um guineense, de José Filipe Fonseca, fevereiro de 2015; Pepito: humanismo, cultura e transformação, 2 de outubro de 2023, do mesmo autor, ver o blogg <https://bentem.net/>;